

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR:
DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO NA ESCOLA**

LUCIANA HAEFLIGER

**O PNAIC E SUAS INTERFACES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ENSINO DE NOVO HAMBURGO – RS, NO PERÍODO ENTRE 2013 A 2016**

São Leopoldo

2018

LUCIANA HAEFLIGER

**O PNAIC E SUAS INTERFACES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ENSINO DE NOVO HAMBURGO – RS, NO PERÍODO ENTRE 2013 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pelo Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar: Desafios do Trabalho Coletivo na Escola, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof.Ms. Cristiane Roos

São Leopoldo

2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aprendendo a cada dia, por ter saúde e condições de continuar estudando, aperfeiçoando e qualificando a minha prática docente.

A minha mãe Rosali, por acreditar em mim, estar me apoiando em todos os momentos e poder colher juntas, os frutos de todas minhas conquistas.

A minha orientadora, Professora Cristiane Roos, que compreendeu com toda a sua paciência a minha forma de aprender e conseguiu me auxiliar na elaboração deste trabalho, contribuindo para a minha formação acadêmica e profissional.

A todas as minhas amigas e colegas que participaram das entrevistas, e também aquelas que me apoiaram com palavras carinhosas e solidárias, me dando força para superar todos os obstáculos.

[...] o que se precisa é possibilitar que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. Por isso, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 1996, p. 43).

RESUMO

Este estudo pretende analisar de que forma o processo de formação continuada proposto pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, no município de Novo Hamburgo – RS entre os anos de 2013 a 2016 teve relevância para a atualização e o processo formativo continuado dos Professores Alfabetizadores desta Rede Municipal de Ensino. Partindo do pressuposto que a formação inicial é a base para vida de todo docente e que os saberes jamais estão acabados, acreditamos que os momentos de formação continuada visam aprimorar e atualizar os conhecimentos pedagógicos disseminados no espaço escolar. Procuramos relacionar e estabelecer aproximações entre a teoria vivenciada diariamente pelos professores e a prática, através do processo contínuo de ação-reflexão-ação. Levantamos no contexto Nacional, as legislações que asseguram e executam o processo de formação continuada, afirmando sua importância e validade para os docentes. Verificamos os papéis desempenhados pelos Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores dentro do PNAIC, quais suas funções e estratégias para o aprimoramento e qualificação de sua prática, através de trocas constantes entre os participantes do Programa, desenvolvendo propostas contextualizadas, acessíveis e reflexivas. Para tanto, buscamos subsídios em pesquisas bibliográficas, realizamos análises documentais dos cadernos do PNAIC, fizemos consultas sobre dados numéricos e estatísticos com a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – RS, e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com os participantes do referido Programa. Percebemos que a legislação nacional assegura a capacitação dos professores visando uma reflexão teórica sobre as práticas vivenciadas. Autores como Imbernón (2000 e 2009) e Nóvoa (1991 e 1995) também trazem a importância de um professor reflexivo sobre a sua prática, qualificando as experiências de ensino e aprendizagem. A partir das entrevistas realizadas com segmentos envolvidos na execução do PNAIC, Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores, foi possível perceber que mesmo apresentando falhas e aspectos a melhorar, o Programa conseguiu cumprir e atingir os objetivos propostos, assegurando e fornecendo uma formação contínua de qualidade, acessível e aplicável para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Formação continuada. Relação teoria e prática. PNAIC.

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NH - Novo Hamburgo

OE's - Orientadores de Estudos

PAs - Professores Alfabetizadores

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

RS - Rio Grande do Sul

SisPacto - Sistema Informatizado de Monitoramento do PNAIC

SMED - Secretaria Municipal de Educação e Desporto

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de professores participantes do PNAIC a nível nacional.	25
Gráfico 2: Número de Orientadores de Estudos do PNAIC em NH.	29
Gráfico 3: Número de Professores Alfabetizadores Participantes do PNAIC em NH.	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA.....	10
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	10
1.3 PROBLEMA.....	11
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3 JUSTIFICATIVA	13
4 METODOLOGIA	16
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
5.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A LEGISLAÇÃO	18
5.2 PNAIC: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O PROGRAMA	24
5.3 O PNAIC EM NOVO HAMBURGO – RS	27
5.4 O PAPEL DO ORIENTADOR DE ESTUDOS.....	31
5.5 O PROFESSOR ALFABETIZADOR E O SEU PROTAGONISMO	32
6 COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS	36
6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	37
6.2 VISÃO DO ORIENTADOR DE ESTUDOS.....	39
6.3 VISÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR	47
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Esta Monografia trata sobre o Processo de Formação Continuada dos Professores a partir do Programa do Governo Federal PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no período entre os anos de 2013 a 2016. Foi desenvolvido como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar: Desafios do Trabalho Coletivo na Escola, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, visando compreender como esta proposta de formação para os docentes contribuiu para aprimorar e qualificar a ação pedagógica, relacionando as vivências escolares com fundamentos teóricos e atividades práticas.

Partimos do pressuposto de que é importante a continuidade da formação dos docentes, após a formação inicial, pois formar-se é um processo de toda a vida, enquanto seres humanos. E como diz Assmann(1998, p.35) “A vida é essencialmente aprender... e estar vivo é um sinônimo de estar agindo como aprendente.”

No campo da educação, os saberes são construídos coletivamente através das relações que se estabelecem e que levam a compreender continuamente seus próprios conhecimentos e os dos outros, associando tudo isso com suas trajetórias de experiências pessoais.

Buscamos aqui encontrar fundamentação teórica que amplie nossa concepção sobre este processo de busca pela atualização contínua, permitindo confirmar e validar o processo de formação continuada dos professores no espaço escolar, como uma forma apropriada de construir e interligar os conhecimentos teóricos com a prática diária.

Entendemos que a formação continuada se desenvolve principalmente no contexto da instituição escolar, local onde se estabelecem relações alicerçadas em estruturas complexas que as sustentam ou permitem sua mudança, consideramos, portanto, que há expectativas nos docentes que esta formação continuada contribua com a manutenção e a criação de novos conhecimentos e experiências. Portanto, em cada proposta de formação, surge o desejo do professor em aprimorar-se e assumir um protagonismo, na busca pela qualificação da prática pedagógica, a partir das necessidades vividas na profissão docente.

Desta forma, é que acreditamos na importância da formação continuada dos professores e do compartilhamento de conhecimentos, ideias e práticas entre os pares, partindo sempre do espaço escolar como um local repleto de possibilidades e que oportunizam a reflexão sobre o próprio exercício profissional e da análise de sua própria realidade. Com isso, o professor participa e é o autor do seu processo de formação, visando uma ação-pesquisa-ação contínua.

Dentro do PNAIC e de sua proposta de formação continuada dos professores alfabetizadores, ou seja, daqueles que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, surgem diversas funções exercidas por profissionais da educação no decorrer de sua execução. As principais e que serão analisadas ao longo deste trabalho são: do Orientador de Estudos, responsável por acompanhar a prática pedagógica dos cursistas; e do Professor Alfabetizador, aquele que é titular de uma turma do ciclo de alfabetização, participante, atuante e praticante das propostas estudadas e dialogadas nas formações.

1.1 Tema

Esta Monografia irá abordar a respeito da formação continuada dos professores a partir do Programa do Governo Federal - PNAIC, levando em consideração as teorias que permeiam este processo, a legislação que ampara e assegura a formação continuada de professores dentro do espaço escolar, assim como as relações existentes entre teoria e prática.

1.2 Delimitação do Tema

O tema pesquisado neste trabalho vincula-se a formação continuada de professores através do PNAIC, percebendo as relações existentes entre teoria e prática, nas diversas situações dentro da escola, como uma forma de qualificar a prática pedagógica dos professores. O estudo analisou e refletiu sobre o PNAIC no município de Novo Hamburgo – RS, no período entre os anos de 2013 a 2016.

1.3 Problema

Nos dias atuais, percebemos a necessidade de atualização constante por parte dos profissionais da área da educação. A formação inicial, a nível médio Curso Normal ou Magistério, assim como as Graduações em licenciaturas, não conseguem dar conta de todas as demandas, exigências e desafios vivenciados no dia a dia do espaço escolar. Entre estas, se destacam as diferentes dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais apresentadas pelos estudantes, a premência de desenvolver propostas criativas que tornem o processo de aprendizagem mais atrativo e que propiciem bons resultados na aprendizagem e, por consequência, melhores índices de aproveitamento de estudos.

No caso do PNAIC, os resultados esperados pelo Governo Federal e pelas Mantenedoras, as Secretarias de Educação, são maiores índices de estudantes alfabetizados ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim, no decorrer desta pesquisa, pretendemos responder às seguintes indagações:

- Como as formações continuadas, desenvolvidas a partir do PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, entre 2013 a 2016, envolvendo professores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, contribuíram para o aprimoramento e a qualificação profissional, aproximando teoria e prática?

- De que forma a legislação assegurou e contribuiu para que estes processos ocorressem de maneira satisfatória?

- De que forma o Orientador de Estudos do PNAIC levantou temas e assuntos para serem abordados nas formações?

- Como a formação continuada proposta pelo PNAIC, aproximou a teoria da prática, aprimorando e qualificando a prática pedagógica do Professor Alfabetizador em sala de aula?

2 OBJETIVOS

Os objetivos que nortearam a pesquisa são apresentados a seguir.

2.1 Objetivo Geral

Compreender de que forma o Programa de Formação Continuada do PNAIC, contribuiu para a capacitação docente, assegurando reflexão sobre a teoria e prática no âmbito escolar, e o papel do Orientador de Estudos do PNAIC no desenvolvimento das propostas contextualizadas, acessíveis e reflexivas dentro da escola, a partir da prática dos docentes.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as legislações que asseguram a formação continuada de professores dentro do espaço escolar.
- Compreender o PNAIC e suas interfaces no processo de formação continuada dos professores nas escolas da rede pública municipal de ensino de Novo Hamburgo – RS, no período entre 2013 a 2016.
- Perceber o papel do Orientador de Estudos do PNAIC frente à formação continuada dos professores.
- Compreender como a relação entre teoria e prática aprimora a metodologia de trabalho docente do Professor Alfabetizador.
- Valorizar a formação continuada do professor como prática colaborativa da constituição do sujeito e do próprio docente atuante.

3 JUSTIFICATIVA

O professor mesmo depois de ter sua formação inicial consolidada, enfrenta desafios a cada dia em sua prática docente em sala de aula. Sabemos que as demandas enfrentadas pelos professores nos espaços escolares exigem estudos, pesquisas, reflexões e formações constantes. O espaço que as escolas possuem para realizar momentos que contemplem essas necessidades são as reuniões pedagógicas.

Essas reuniões, onde os professores têm a oportunidade de se encontrarem para refletir sobre as necessidades da escola, devem receber um olhar atento da gestão escolar (equipe diretiva), visando à reflexão – ação – reflexão, como um elemento transformador da prática docente. Assim como afirma Isabel Alarcão (1996, p. 18):

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento autoformativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se refletir sobre o que faz e sobre o que vê fazer.

A formação continuada dos professores precisa ocorrer a partir do espaço escolar, para assegurar que as relações entre teoria e prática sejam analisadas dentro do contexto em que acontecem, aproximando as ações das reflexões e gerando novas ações. Além disto, o contato entre o grupo de professores e o compartilhamento de ideias existentes entre os sujeitos, proporciona que as experiências sejam o ponto de partida das formações. Ou seja, o processo de formação continuada não precisa, necessariamente, abordar temáticas novas:

[...] a formação permanente não deve oferecer apenas novos conhecimentos científicos, mas principalmente processos relativos a metodologias de participação, projetos, observação e diagnóstico dos processos, estratégias contextualizadas, comunicação, tomada de decisões, análise da interação humana. (IMBERNÓN, 2009, p.71)

Deste modo, por acreditarmos que a formação continuada deve relacionar a teoria com a prática, superar problemas reais existentes na escola, aproximar as teorias da realidade da sala de aula, levar em consideração a trajetória dos profissionais, suas concepções de vida, de sociedade, de escola, de educação, seus interesses, necessidades, habilidades e também suas dificuldades e limitações, surge o interesse de investigarmos o processo de formação docente a partir do PNAIC.

O respectivo Programa ocorreu no município de Novo Hamburgo/RS, durante quatro anos, os quais estive inserida exercendo as funções de Professora Alfabetizadora e também Orientadora de Estudos. Minha inquietação surge do pressuposto que este Programa contribuiu para a minha prática docente, qualificando minha formação. No entanto, havia curiosidade em saber se as percepções dos demais participantes do PNAIC foram as mesmas.

Portanto, acreditamos que o processo de formação continuada dos professores deve possibilitar a construção de conhecimentos organizados, de forma a contribuir para a prática pedagógica de cada educador, de modo que as ações sejam construídas e pensadas através de reflexões.

Sendo assim, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC foi lançado no ano de 2012 e teve o início de suas formações a partir do ano de 2013 na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS. Para tanto, foram selecionados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED, Orientadores de Estudos, que teriam uma formação como Multiplicadores¹, e a proposta seria desenvolvida por uma Universidade. Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu parceria com a UFPEL - Universidade Federal de Pelotas - e nos anos de 2015 e 2016 com a UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No decorrer de cada ano foram acontecendo encontros semanais, mediados pelos Orientadores de Estudos com a participação de Professores Alfabetizadores do bloco pedagógico, ou seja, docentes dos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

O PNAIC aconteceu de forma efetiva na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS entre os anos de 2013 e 2016. Neste quadriênio a cidade referida

¹Multiplicador, na proposta do PNAIC, é a pessoa treinada que repassa sistematicamente aos colegas de trabalho os conhecimentos adquiridos.

esteve sendo gestada por uma administração popular², que fez adesão a este Programa Nacional via PAR – Plano de Ações Articuladas, em que procurava firmar o compromisso de alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade. Este compromisso formal foi assumido entre o Governo Federal e o Município, para cumprir a Meta 5 do PNE – Plano Nacional de Educação (2014), que ratificava “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.”

Um dos eixos de formação do PNAIC vincula-se a proposta de formação continuada presencial para os professores. Assim como expressa o caderno de apresentação do PNAIC 2013: “A formação do professor não se encerra na conclusão de seu curso de graduação, mas se realiza continuamente na sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia” (BRASIL, 2012, p. 27).

Desta forma, propõe-se a possibilidade de discussão e troca de experiências a partir da prática de cada professor, proporcionando reflexões aprofundadas da prática.

Portanto, pretendemos analisar neste trabalho acadêmico de que forma o PNAIC contribuiu para qualificar e validar o processo de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, no período de 2013 a 2016, aproximando teoria e prática docente, e refletindo acerca da importância da formação continuada dos professores.

² Administração Popular: slogan utilizado pelas administrações do Partido dos Trabalhadores (PT).

4 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, análise documental sobre os Cadernos do PNAIC, consultas em sites e materiais sobre o Programa no Portal do Ministério da Educação – MEC e leitura de artigos e monografias sobre o referido assunto, para estruturar uma narrativa acerca da história e da constituição do PNAIC a nível nacional.

Assim como afirma Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Foram analisadas as legislações vigentes, a nível Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o PNE, Lei nº 13.005/2014, que tratam sobre a formação continuada dos profissionais da Educação nos últimos trinta anos, bem como normas complementares pertinentes a temática neste período.

Foram realizadas consultas protocoladas à Secretaria Municipal de Educação – SMED, do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, para coleta de dados referentes à participação de professores no referido programa, no período de 2013 a 2016, assim como para obter informações sobre o impacto desta formação continuada dos professores para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Conforme o avanço das leituras, dúvidas surgiram durante as investigações e, desta forma, foram realizadas entrevistas estruturadas com três Orientadores de Estudos do PNAIC, onde um questionário foi elaborado previamente para obtenção das respostas que foram obtidas por meio de uma entrevista.

Com os Professores Alfabetizadores, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com questões pensadas anteriormente e foram sanadas outras dúvidas que surgiram no decorrer da entrevista, sendo que o diálogo foi gravado e

posteriormente transcrito para análise das informações. As entrevistas foram relevantes para aproximar as percepções dos entrevistados à temática da investigação.

A análise do material coletado foi realizada por segmentos (Professores Orientadores de Estudos e Professores Alfabetizadores), com o objetivo de identificar no processo de formação, se este direito do professor foi assegurado conforme preconiza a legislação, se os papéis de cada protagonista do Programa foi cumprido e se ocorreram nas ações do PNAIC a relação e aproximação entre teoria e prática, para aprimorar e qualificar o trabalho docente.

Após, foi organizada uma síntese interpretativa, articulando o PNAIC como um Programa pensado pelo Governo Federal, considerado uma política educacional, relacionando-o com o momento histórico-político atual e a gestão da Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – RS, percebendo a validade deste para o processo de formação continuada dos professores em questão.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 A Formação de Professores e a Legislação

O filósofo e educador Paulo Freire (1996, p. 43), nos fala que “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” A partir desta afirmação, podemos levantar diversas hipóteses e repensar sobre como tem acontecido a formação continuada dos professores dentro do espaço escolar e de que forma as práticas existentes são analisadas e estudadas, para que de fato contribuam para melhoria das mesmas, atendendo as demandas específicas apresentadas em cada contexto.

O processo de formação continuada dos professores ganha destaque a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9394, no ano de 1996, visto que na Lei nº 5692/71, LDB anterior, o docente ainda tinha um papel secundário, perante uma educação tecnicista que predominava na época.

Na atual LDB, o processo de formação continuada surge com três nomenclaturas distintas: capacitação em serviço (Artigo 61), aperfeiçoamento profissional continuado (Artigo 67) e ainda com o termo treinamento em serviço (artigo 87).

Desta forma, além de prever sobre a formação inicial dos professores, onde são proporcionados os conhecimentos pedagógicos iniciais, a legislação vigente prevê uma formação continuada, que visa à reflexão teórica sobre as práticas vivenciadas.

Sabemos que a formação inicial do docente vem sofrendo mudanças no decorrer dos anos. Atualmente, de acordo com a Lei 9394/96 - LDB, Artigo 61, para atuar na Educação Infantil ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o docente deverá ter sua formação inicial mínima em Nível Médio ou Superior. Sabemos que muitos concursos públicos têm exigido que os candidatos já possuam formação em Nível Superior (licenciatura plena). Imbernón (2000, p.41) nos diz que:

O tipo de formação inicial que os professores costumam receber não oferece preparo suficiente para aplicar uma nova metodologia, nem

para aplicar métodos desenvolvidos teoricamente na prática de sala de aula. Além disso, não se tem a menor informação sobre como desenvolver, implantar e avaliar processos de mudança. E essa formação inicial é muito importante já que é o início da profissionalização, [...]

Devido às transformações constantes que acontecem no espaço escolar, vem se buscando cada vez mais estudar as ações pedagógicas, contextualizando-as teoricamente. Buscando assim, qualificar as práticas pedagógicas e formativas.

De acordo com artigo 62-A da LDB vigente, deve-se garantir a formação continuada para professores no local de trabalho. Este processo de formação surge como uma forma para solucionar as lacunas deixadas e originadas na formação inicial dos professores.

A LDB atual, no seu artigo 67 destaca que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, garantindo “aperfeiçoamento profissional continuado”, assim como, “período reservado aos estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho”. No inciso V, deste mesmo artigo, que fala sobre “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”, faz referência a este período em serviço onde deve acontecer o estudo e formação docente, assegurando a valorização destes profissionais, para uma educação de qualidade.

Em 2001, o Senado Federal aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE, em parceria com a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – que daria suporte para que sua ação obtivesse êxito e conhecimento pela população brasileira. A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovou o PNE como um Plano de Estado e não apenas uma proposta de governo. Dentre as metas estava erradicar o analfabetismo até o ano de 2010.

No primeiro PNE, Lei nº 10.172/2001, trazia em sua redação, de forma relevante, a questão da formação continuada, em que expressa:

A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação (2001, p. 98).

O PNE, do ano de 2001, ainda destacava que as formações deveriam ser de responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais, que coordenariam, financiariam e manteriam estes programas como ações permanentes.

Ainda referindo-se ao Plano Nacional de Educação, do ano de 2001, ele expressa no item 10.3, dos Objetivos e Metas:

Garantir, já no primeiro ano de vigência deste plano, que os sistemas estaduais e municipais de ensino mantenham programas de formação continuada de professores alfabetizadores, contando com a parceria das instituições de ensino superior sediadas nas respectivas áreas geográficas (2001, p. 95).

No ano de 2007, o Plano Desenvolvimento da Educação – PDE, faz referência e mostra a importância, afirmando que “a formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna.” (PDE, 2007, p. 115).

No Decreto Federal nº 6.755/2009, que estabelece a Política Nacional de Formação de Professores, cita como décimo objetivo “promover a integração da Educação Básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.” Destaca o processo de formação dos professores dentro do espaço escolar como uma forma de aproximar o docente das realidades e peculiaridades de cada escola. Afinal, as práticas desenvolvidas são únicas em cada contexto e retratam o dia a dia de cada espaço escolar, levando em conta o público alvo e todos os recursos humanos envolvidos.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - DCN, promulgada como Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, no Artigo 8º que fala sobre o acesso e permanência para conquista da qualidade social, diz que uma escola de qualidade deve prever a: “valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico”. Desta forma, destacamos a importância do Projeto Político Pedagógico de cada escola, contemplar em sua escrita a importância da formação continuada para os docentes,

assegurando que ela articule-se plenamente com as práticas vividas naquele espaço, prevendo também articulação com instituições superiores formadoras.

Já no ano de 2014, quando é aprovado o segundo Plano Nacional de Educação – PNE, que tem sua vigência por dez anos, ou seja, até o ano de 2024, a questão da alfabetização também se faz presente novamente. Após quatro anos de tramitação, o segundo PNE é sancionado, estabelecendo vinte metas para serem cumpridas no próximo decênio. A meta 5 da Lei de nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Lei do PNE), nos diz para: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Como estratégia para esta meta o PNE propõe-se a:

[...] promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização (BRASIL, 2014).

Podemos perceber que este objetivo aproxima-se muito da proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, onde Universidades próximas aos municípios, realizariam parcerias com os governos estaduais e municipais para garantir a formação dos docentes que lecionavam no bloco pedagógico, ou seja, do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Porém o PNAIC só teve o início de sua efetiva proposta no ano de 2012, depois de dez anos da promulgação do primeiro PNE.

Notamos assim, que as propostas de formação continuada de professores alfabetizadores vêm ganhando destaque na legislação no decorrer dos últimos trinta anos e tem buscado através de parcerias com Universidades locais a real efetivação desta meta do PNE – 2014.

Desta forma, percebe-se que desde o primeiro PNE, no ano de 2001, se fala da importância em alfabetizar as crianças na idade certa. Sendo assim, o governo federal, resolve criar, como forma de auxiliar e trazer resultados mais eficazes para turmas de alfabetização, o PNAIC, como um Programa que auxilie Professores Alfabetizadores em sua prática em sala de aula. Além das formações presenciais, ofertou materiais, jogos e livros que iriam contribuir com este processo.

Podemos perceber que a legislação atual brasileira subsidia a formação dos professores, visando e qualificando a prática educativa desenvolvida pelos docentes dentro das salas de aula. Tendo em vista que a formação inicial não dá conta de todas as demandas apresentadas atualmente nos espaços escolares, fazem-se necessários os momentos de formação continuada.

Da mesma forma podemos perceber que alguns autores também afirmam e acreditam na importância da formação continuada dos professores. Imbernón (2000, p. 55) nos diz que: “A formação deve apoiar-se em uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a lhes permitir examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., [...]”

Imbernón também fala da importância da formação permanente do professor experiente (2000, p. 67), trazendo a relevância da aprendizagem ao longo de sua prática profissional, ligando os conhecimentos teóricos com a prática. O contato com a realidade expressa nas escolas enriquece o conhecimento profissional.

Deve-se ter clareza de que a ação de formação do professor, precisa levar em consideração os processos, tanto pessoais como profissionais. Esta formação continuada não está apenas vinculada a títulos ou diplomas, assim como fala Nóvoa (1992, p. 25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Além disto, a formação acontece de acordo com a troca de conhecimentos, não existe formação docente isolada e descontextualizada. O intercâmbio e o diálogo entre os docentes se manifesta como a forma mais significativa de aprimorar a construção dos conhecimentos. “A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de forma mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (NÓVOA, 1992, p. 26).

Imbernón (2000, p. 85) também traz a importância das relações existentes entre os docentes, afirmando que: “A formação centrada na escola pretende desenvolver um paradigma colaborativo entre os profissionais de educação”.

Sabemos que cabe ao professor uma formação permanente. A tarefa de educar é complexa. E a formação continuada parte da capacitação dos professores no próprio local de trabalho, ou seja, na escola. Nesta perspectiva, os autores e atores desta prática são os docentes, que precisam desacomodar e reconstruir sua prática a partir das inquietações diárias que surgem.

Logo, “a formação por si só consegue muito pouco se não estiver aliada a mudanças do contexto, da organização, de gestão e de relações de poder entre os professores” (IMBERNÓN, 2009, p. 42).

Paulo Freire nos fala sobre a importância que existe dos professores estarem sempre aprendendo, ou seja, a aprendizagem ao longo da sua carreira está interligada mutuamente a profissão professor:

[...] quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender. Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1997, p.25).

A partir destas concepções, pretendemos verificar a importância da formação continuada dos professores dentro do espaço escolar como forma de qualificar a prática pedagógica, buscando compreender a partir do PNAIC, como este contribuiu para a capacitação docente, assegurando a reflexão sobre a teoria e a prática no âmbito escolar.

O professor pode ser o autor e ele próprio buscar sua formação alicerçada na prática, assim como concluiu Freire (2003, p.28): “Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante [...]”.

5.2 PNAIC: contextualização histórica sobre o Programa

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC é um Programa do Governo Federal, em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, que tem como meta clara desde o início de sua execução, no final do ano de 2012, alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ou seja, ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Assim como apresenta a Meta 5 do PNE – 2014: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental”. No ano de 2013 teve seu início e foi denominado pelo Ministério da Educação como o “maior programa de formação de professores” (BRASIL, 2015, p.21).

A formação de docentes é uma tarefa complexa que precisa contar com o esforço conjunto de diferentes segmentos da sociedade. Este Programa do Ministério da Educação se desenvolve em parceria com universidades públicas brasileiras e secretarias de educação. Não há como garantir a efetividade da formação docente sem a participação ativa desses três segmentos (BRASIL, 2012, p. 27).

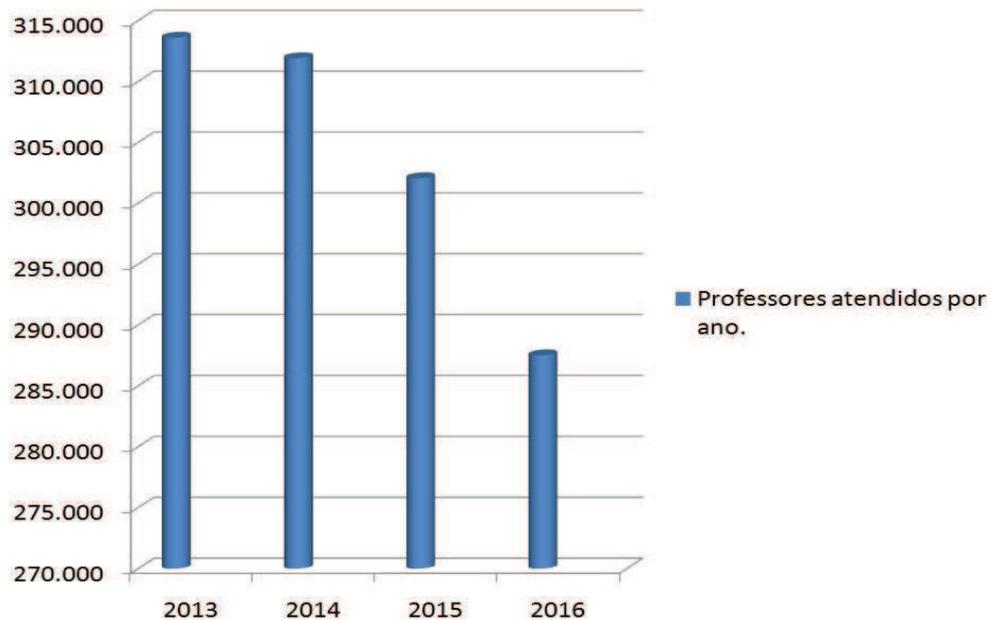
No ano de 2012, aconteceu a nível nacional, o lançamento do PNAIC e a divulgação de sua proposta para os Estados e Municípios. A adesão ao Programa pelos Estados e Municípios era realizada por meio do PAR – Plano de Ações Articuladas, em que as Redes de Ensino se comprometiam em executar a proposta.

As formações e encontros presenciais iniciaram no ano de 2013, onde, de acordo com o SisPacto - Sistema Informatizado de Monitoramento do PNAIC, foram capacitados 313.599 professores alfabetizadores.

No ano de 2014 o número de docentes que participaram das formações foram 311.916, sendo que a evidência foi no ensino da Matemática. Já no terceiro ano do PNAIC, em 2015, 302.057 professores participaram da formação que contemplava temas como: Gestão Escolar, Currículo, a Criança do Ciclo de Alfabetização e a Interdisciplinaridade. Para o ano de 2016, além dos Professores Alfabetizadores, os Coordenadores Pedagógicos das escolas participantes da formação também estiverem presentes, totalizando 287.517 Educadores e Coordenadores Pedagógicos, neste ano o foco das temáticas desenvolvidas nestas formações

foram: Leitura, escrita e Letramento Matemático. Conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Número de professores participantes do PNAIC a nível nacional.



Fonte: elaborado pela autora.

Desde o início de suas formações continuadas, as ações do Pacto sustentam-se em quatro eixos de atuação:

- 1- Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudos;
- 2- Materiais Didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
- 3- Avaliações sistemáticas;
- 4- Gestão, controle social e mobilização.

A Portaria Normativa de nº 867, promulgada em 4 de julho de 2012, institui e define as Diretrizes Gerais do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Essa Portaria traz o compromisso em alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Além disso, prevê em seu artigo 7º o eixo da formação continuada dos professores, assegurando em seus incisos:

I - formação, inclusive em serviço, dos professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos das escolas das redes públicas de ensino participantes das ações de alfabetização; II - formação e constituição de uma rede de professores orientadores de estudo; III - formação dos coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais participantes das ações de formação em serviço de professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos; IV - apoio às ações de alfabetização e letramento e redução da distorção idade-série, desenvolvidas por iniciativa dos sistemas de ensino e dos programas federais de fomento à extensão da jornada e de incentivo à iniciação à docência na educação básica, nas escolas com baixo desempenho na Prova Brasil identificadas pelo MEC (BRASIL, 2012, p.22).

A proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, procura ser “inovadora e contemplar os quatro cantos do Brasil” (BRASIL, 2015), buscando formar professores das zonas urbanas e rurais, assim como de áreas ribeirinhas. Deseja articular a prática e a teoria, constituindo ações formativas e vinculadas ao dia a dia dos professores.

Os projetos de formação continuada devem fortalecer na escola a continuação de espaços e ambientes educativos que possibilitem a aprendizagem, reafirmando a escola como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a construção da cidadania (BRASIL, 2012, p. 13).

Com a intenção de assegurar uma discussão sobre o processo de alfabetização e letramento, assim como um aprofundamento teórico, vinculado as práticas de sala de aula é que se criou o PNAIC. O Ministério da Educação reconhece a formação continuada dos professores como uma mudança processual, sendo uma das principais formas de acesso a melhoria da qualidade do ensino. O docente alfabetizador precisa ser visto em constante formação.

Dentro dos princípios que permeiam a formação continuada, as ações do PNAIC, procuram promover a prática da reflexividade, buscando compreender a relação entre teoria e prática e vice-versa; a formação de grupos de estudos que busquem diminuir o isolamento profissional, formando redes de aprendizados coletivos, favorecendo e motivando os professores a enriquecerem o gosto em aprender.

5.3 O PNAIC em Novo Hamburgo – RS

No município de Novo Hamburgo o PNAIC aconteceu entre os anos de 2013 a 2016. Mesmo com a proposta deste Programa tendo sua continuidade a nível Nacional, o Governo Municipal não fez adesão desde o ano de 2017, quando ocorreu a troca da administração e, conseqüentemente, da gestão da Secretaria de Municipal de Educação – SMED.

No ano de 2013, as formações tiveram início em maio, com encontros semanais, que aconteciam em escolas da Rede Municipal de Ensino, organizados por pólos de acordo com as regiões. Eram um total de doze turmas, cada uma com aproximadamente 20 a 25 Professores Alfabetizadores, docentes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Cada grupo tinha um Orientador de Estudos, responsável por mediar às aprendizagens.

Neste ano, o foco das discussões eram o processo de alfabetização e letramento. Os cadernos de formação eram separados por ano, ou seja, eram oito livros específicos para os docentes do 1º, do 2º e do 3º ano do Ensino Fundamental, possibilitando assim artigos específicos para cada nível de desenvolvimento da escrita, aproximando-se mais da realidade em questão.

Referente ao ano de 2013, o PNAIC em Novo Hamburgo – RS teve 12 Orientadores de Estudos e em torno de 300 Professores Alfabetizadores participantes, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação de NH, através de contato via *email*. Além dos encontros semanais, aconteceram também um Seminário de Lançamento do Programa, a nível municipal e um Seminário de Encerramento, com apresentação de trabalhos desenvolvidos no decorrer do ano pelos Professores e as Orientadoras de Estudos.

No ano de 2014, os temas desenvolvidos no PNAIC envolviam a alfabetização matemática, construção do sistema de numeração decimal, grandezas e medidas, geometria, educação estatística, educação matemática no campo, operações na resolução de problemas. Os materiais estavam organizados em doze cadernos, além dos artigos com relatos de experiências, tinham cadernos e encartes contendo jogos matemáticos para serem utilizados em sala de aula.

No município de Novo Hamburgo – RS, as formações tiveram início apenas no segundo semestre de 2014, visto que os materiais e cadernos para as formações

não estavam disponíveis. Mesmo assim, as formações começaram como uma revisão das discussões iniciadas em 2013, fazendo com que Professores Alfabetizadores se sentissem desmotivados perante a demora na chegada dos materiais. Os encontros semanais no ano de 2014, tiveram início apenas no mês de agosto, e contaram com 250 Professores Alfabetizadores e 10 Orientadores de Estudos. Além do Seminário Inicial de abertura do Programa e de um Seminário de Encerramento, no mês de dezembro com apresentação de trabalhos.

No ano de 2015, o PNAIC no município de Novo Hamburgo também teve início no segundo semestre. Neste ano os cadernos do programa só estavam disponíveis de forma *online*, no site do MEC³, dificultando o acesso aos textos e materiais por grande parte dos docentes. Desta forma, os encontros aconteciam semanalmente, com sugestões de leituras propostas pelos Orientadores de Estudos. Além disto, nas formações eram apresentadas sugestões, relatos de experiência e materiais que tratavam sobre os direitos de aprendizagem e o currículo inclusivo, da integração dos componentes curriculares através de projetos interdisciplinares.

O foco era a organização do trabalho pedagógico, com ênfase na alfabetização e letramento das crianças. Neste ano participaram do Programa a nível municipal, aproximadamente 210 professores alfabetizadores e foram oito Orientadores de Estudos. Também aconteceu em Novo Hamburgo – RS, em 2015, o Seminário Inicial e Final do PNAIC.

Já no ano de 2016, último ano em que o município de Novo Hamburgo – RS fez adesão ao PNAIC, percebeu-se grande desgaste no formato do Programa, além disto, professores desmotivados com a demora em obter dados sobre as formações. Neste ano, ocorreram dois diferenciais na proposta: os Coordenadores Pedagógicos das escolas com turmas de alfabetização, também fizeram parte da formação junto dos Professores Alfabetizadores, porém com atividades e relatos diversificados; Não ocorreram encontros presenciais, todos os contatos e atividades foram via e-mail institucional dos docentes e somente os Orientadores de Estudos tiveram formações iniciais e finais, organizadas e ministradas pela UFRGS.

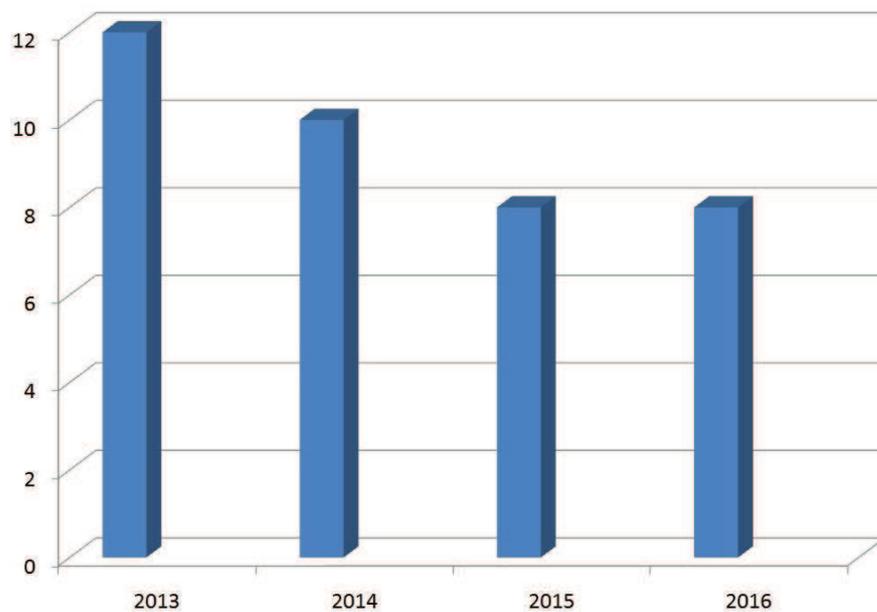
Para os docentes e Coordenadores Pedagógicos, o município organizou apenas um Seminário Inicial, que aconteceu no final do ano de 2016, sendo que o PNAIC referente a este ano teve seu encerramento oficial a nível regional, apenas

³ <http://portal.mec.gov.br/>

no segundo semestre de 2017. Durante essa formação, referente ao ano de 2016, foram oito Orientadores de Estudos e aproximadamente 200 professores alfabetizadores/coordenadores pedagógicos.

O gráfico que segue evidência a diminuição, com o passar dos anos, do número de Orientadores de Estudos do PNAIC no município de Novo Hamburgo/RS:

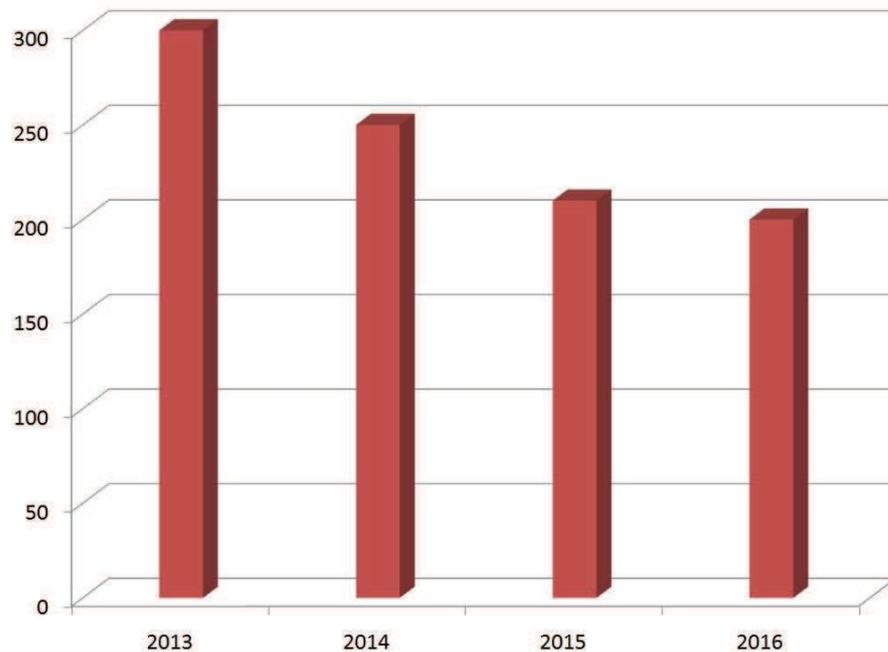
Gráfico 2: Número de Orientadores de Estudos do PNAIC em NH.



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa diminuição também ocorreu com o número de Professores Alfabetizadores participantes do Programa no mesmo período, conforme destaca o gráfico adiante:

Gráfico 3: Número de Professores Alfabetizadores Participantes do PNAIC em NH.



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os gráficos anteriormente apresentados, onde podemos observar o número de Orientadores de Estudos e o número de Professores Alfabetizadores que participaram do PNAIC entre os anos de 2013 a 2016, no município de Novo Hamburgo – RS, nota-se que com o passar dos anos, houve uma incidência cada vez menor de participantes, em todos os segmentos apresentados, mostrando assim, que neste município o Programa foi perdendo a sua amplitude inicial e tornando-se apenas uma obrigação para diversos docentes. A proposta inicial do PNAIC, como um programa de formação continuada para professores alfabetizadores, deixa de aproximar a teoria da prática, a partir do momento em que os encontros não são mais presenciais e dificultam a troca de experiências entre os docentes, indo contra ao que afirma Libâneo, 1998, p. 28:

Os momentos de formação continuada levam os professores a uma ação reflexiva. Uma vez que após o desenvolvimento da sua prática, os docentes poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os pontos positivos e negativos ocorridos durante o desenvolver das aulas.

Desta forma, o PNAIC, em seu período de execução no município de Novo Hamburgo – RS tentou assegurar e qualificar o processo de alfabetização dos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. O programa não teve continuidade, como já mencionado anteriormente, devido à mudança da Administração Municipal. Sendo assim, a formação dos docentes experientes não pode ser assegurada, assim como muitos professores novos na Rede Municipal de Ensino do local em questão não tiveram acesso a esta formação para lecionar no bloco pedagógico.

5.4 O Papel do Orientador de Estudos

De acordo com a Portaria nº 867 (2012), o Orientador de Estudos do PNAIC era nomeado por um processo seletivo simplificado elaborado pela rede de ensino específica, ou seja, Municipal ou Estadual. Este profissional deveria estar vinculado à Mantenedora a qual mediará os encontros. Necessitaria ter disponibilidade para participar das formações promovidas por Universidades locais no decorrer do ano, assim como, ministrar os encontros semanais com os professores alfabetizadores, conduzindo as atividades de formação e sugerindo propostas de acordo com as demandas apresentadas pelos docentes, orientando a busca de soluções e propostas para as fragilidades e desafios encontrados.

Nos primeiros dois anos do PNAIC em Novo Hamburgo – RS, foi realizado um edital para seleção destes Orientadores de Estudos, já nos dois anos seguintes, foi efetivado mais um edital, pois o anterior havia encerrado sua vigência. Para participar do processo seletivo era exigido que o docente tivesse no mínimo três anos na rede de ensino, atuando com anos iniciais do Ensino Fundamental; fosse licenciado em Pedagogia ou tivesse outra licenciatura; tivesse atuado como tutor do Programa Pró Letramento ou ter participado do PNAIC nos anos anteriores.

Os planejamentos elaborados pelos Orientadores de Estudos, nos primeiros anos, eram feitos de forma coletiva, ou seja, todos que ministravam a formação no município de Novo Hamburgo, procuravam elaborar atividades com o mesmo objetivo, para que desta forma o município caminhasse conjuntamente na formação. Com o decorrer dos anos e com o Programa perdendo sua força a nível nacional, chegando ao último ano, quando foram somente atividades à distância, os

planejamentos dos Orientadores de Estudos foram sendo mais individualizados e os encontros destes eram apenas nas formações proporcionadas pelas Instituições Formadoras, perdendo assim o seu caráter de rede de ensino municipal.

Dentre os objetivos propostos para os Orientadores de Estudos do ano de 2013, podemos citar os que estão expostos no Caderno Formação do Professor Alfabetizador – Caderno de Apresentação (Brasil, 2012, p. 29):

1. reconhecer-se como agente na formação continuada de professores;
2. refletir sobre diferentes concepções de formação continuada, com ênfase na abordagem crítico-reflexiva;
3. refletir sobre os saberes docentes e o cotidiano da sala de aula;
4. refletir sobre o papel das experiências pessoais e profissionais na construção da identidade profissional;
5. refletir sobre a importância do resgate da trajetória pessoal para compreensão das práticas pedagógicas.
6. planejar e desenvolver projetos de formação continuada dos professores, assumindo o papel de formadores;
7. discutir a concepção de alfabetização que permeia o programa de formação dos professores;
8. aprofundar os conhecimentos que serão discutidos ao longo da formação com os professores.

Além da carga horária inicial para formação dos Orientadores de Estudos, também foi solicitado que os mesmos dispusessem de períodos para ampliação de estudos, planejamento da formação dos professores e avaliação das ações desenvolvidas. Ou seja, o Orientador de Estudos deveria mediar e articular as propostas desenvolvidas pelos professores em diferentes salas de aula, propondo trocas, planejando discussões e aproximando concepções teóricas das práticas já vivenciadas em casa espaço escolar.

5.5 O Professor Alfabetizador e o seu protagonismo

Para participar do PNAIC, na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, o professor deveria estar vinculado a uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 3º ano, constando no Censo Escolar, disponível no momento da composição das turmas. Sendo assim, todos os titulares de turma já estavam automaticamente matriculados nas turmas do Programa e deveriam frequentar as formações de acordo com a região da sua escola, em locais sedes,

onde aconteciam as formações, mediadas pelos Orientadores de Estudos. No começo, como já citado anteriormente, os encontros eram presenciais e semanais. Porém no último ano, as atividades foram realizadas apenas a distância, enviadas através do e-mail institucional.

Os Professores Alfabetizadores também tinham diversas propostas a serem alcançadas no decorrer dos encontros, que eram uma mescla de socialização e análise das vivências em sala de aula, observações das atividades dos alunos, análise de recursos didáticos, elaboração de instrumentos de avaliação e discussão dos resultados. Para atingir estas propostas foram expostos os seguintes objetivos aos cursistas alfabetizadores:

1. Entender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, com aprofundamento de estudos utilizando, sobretudo, as obras pedagógicas do PNBE do Professor e outros textos publicados pelo MEC;
2. Aprofundar a compreensão sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental e sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento;
3. Compreender a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e construindo instrumentos de avaliação e de registro de aprendizagem; (BRASIL, 2012, p. 31).

Estes três primeiros objetivos desafiavam o docente a repensar a sua prática pedagógica aprofundando conceitos de alfabetização e letramento, a partir da sua realidade. Outro foco da formação, de acordo com BRASIL (2012), relacionava-se as questões referentes ao planejamento docente, conforme apresenta os objetivos que seguem:

4. Compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, bem como crianças com distúrbios de aprendizagem no cotidiano da sala de aula;
5. Conhecer os recursos didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação (livros didáticos e obras complementares aprovados no PNLN; livros do PNBE e PNBE Especial; jogos didáticos distribuídos pelo MEC) e planejar situações didáticas em que tais materiais sejam usados;
6. Planejar o ensino na alfabetização, analisando e criando propostas de organização de rotinas da alfabetização na perspectiva do letramento;
7. Compreender a importância de organizar diferentes agrupamentos em sala de aula, adequando os modos de organização da turma aos objetivos pretendidos;

8. Criar um ambiente alfabetizador, que favoreça a aprendizagem das crianças; (BRASIL, 2012, p. 31).

Portanto, se fazia necessário criar um ambiente alfabetizador, pensando estratégias que favorecessem a aprendizagem e, para isso, seria necessário aprofundar conceitos e conhecimentos específicos a respeito do processo de alfabetização e letramento e das diferentes metodologias de ensino, como aponta BRASIL, 2012:

9. Entender as relações entre consciência fonológica e alfabetização, analisando e planejando atividades de reflexão fonológica e gráfica de palavras, utilizando materiais distribuídos pelo MEC;
10. Compreender a importância da literatura nos anos iniciais do Ensino Fundamental e planejar situações de uso de obras literárias em sala de aula;
11. Conhecer a importância do uso de jogos e brincadeiras no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, analisando jogos e planejando aulas em que os jogos sejam incluídos como recursos didáticos;
12. Analisar e planejar projetos didáticos e sequências didáticas para turmas de alfabetização, assim como prever atividades permanentes, integrando diferentes componentes curriculares e atividades voltadas para o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita (BRASIL, 2012, p. 31).

A proposta de formação continuada para os Professores Alfabetizadores procurava assegurar que todas as diretrizes propostas para os três primeiros anos do Ensino Fundamental fossem atingidas de forma igualitária, visando uma alfabetização equiparada a nível nacional, respeitando as peculiaridades e regionalidades, mas possibilitando conhecimentos mínimos a todos os alunos.

Como visto anteriormente nos objetivos para o Professor Alfabetizador, este também é o responsável por realizar avaliações e sondagens diagnósticas, organizando atividades que contemplassem os diferentes níveis de alfabetização da sua turma. Ainda, deveria possibilitar as crianças um ambiente motivador, com atividades interdisciplinares, que atendam as peculiaridades de cada aluno, respeitando o progresso do grupo.

Todo o processo de formação foi organizado de modo a subsidiar o professor alfabetizador a desenvolver estratégias de trabalho que atendam diretamente às necessidades de sua turma e de cada aluno em particular, em função do desenvolvimento e domínio da língua escrita apresentada por esses alunos, no decorrer do ano letivo (BRASIL, 2015, p.23).

Desta forma, os encontros presenciais possibilitavam além da troca entre docentes, a reflexão sobre a sua prática pedagógica, que, muitas vezes, acontece isolada, sem o diálogo com os pares que também vivenciam situações parecidas. Além disto, conhecimentos práticos e teóricos sobre o processo de alfabetização e letramentos, os níveis de escrita, a construção dos sistemas numéricos, foram dialogados e expostos, sendo possível que cada docente colocasse em práticas de acordo com as suas necessidades e realidades as atividades desenvolvidas e contextualizadas no programa. Sendo assim, o programa procurou mostrar que o docente é um articulador, arquitetando atividades que mediavam à construção dos conhecimentos.

6 COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS

Para execução da pesquisa de campo proposta para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e questionários com participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, no município de Novo Hamburgo – RS, do período que compreende os anos de 2013 a 2016.

Para tanto, foram feitas entrevistas com três Professoras Alfabetizadoras, através de um diálogo gravado e posteriormente transcrito. Optamos pela metodologia da entrevista semi-estruturada, como forma de nortear o diálogo estabelecido entre entrevistador e entrevistado. Desta forma, foi possível captar informações desejadas, facilitando os questionamentos através da conversa e troca de informações pertinentes as análises futuras.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores (...) Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico (MINAYO, 2002, p.57).

Com os Orientadores de Estudos do PNAIC em Novo Hamburgo – RS, foram realizados questionários elaborados previamente e enviados por *e-mail* para os participantes, contendo nove perguntas referentes à sua seleção, participação e contribuição no PNAIC. Percebe-se a relevância deste método de pesquisa, de acordo com o que afirma Gil (1999, p 128) que o questionário é “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

A partir das informações coletadas também nos questionários realizados com os Orientadores de Estudos, foi possível levantar argumentos, aproximar opiniões, destacar falhas e analisar pontos positivos da formação continuada de professores

proposta por este Programa, percebendo assim quais as reais contribuições do PNAIC.

Procuramos organizar as informações em categorias de análises visando identificar:

- Contribuições do PNAIC para a formação continuada dos Professores Cursistas Alfabetizadores;
- Relação Teoria e Prática frente aos temas abordados e o Protagonismo do Professor;
- Problemas ou falhas na implementação das ações do Programa.

6.1 Caracterização dos Sujeitos

Os sujeitos participantes das entrevistas foram professores concursados da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS e que participaram do PNAIC entre os anos de 2013 a 2016. Foram entrevistadas três Professoras Cursistas Alfabetizadoras, também denominadas pelo Programa como: PAs, assim como três docentes que exerceram a função de Orientadores de Estudos, ou OEs, como nomeou o PNAIC.

Entre os Orientadores de Estudos participantes, temos Margarida⁴, que atua há 26 anos na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS. Possui formação em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia Institucional, Especialização em Educação Infantil e Especialização em Gestão: Supervisão e Orientação. Também já concluiu seu Mestrado em Educação. Participou como Orientadora de Estudos durante os anos de 2015 e 2016, enquanto atuava como professora titular de turmas de 2º ano do Ensino Fundamental.

Margarida respondeu ao questionário com informações rasas e contou pouco sobre sua experiência profissional, procurou ser direta em suas respostas e não apresentou detalhes em suas explicações.

Flor de Lis⁵, também professora concursada da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, está neste cargo há 28 anos, atuando na maior parte com turmas 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. Sempre exerceu a carga horária

⁴ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

⁵ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

semanal de 40 horas. A partir de 2010, começou a ter sua experiência com alunos do Bloco Pedagógico, ministrando aulas para crianças do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, também atuava como Professora da Hora do Conto e Bibliotecária.

Trabalhou como Diretora e Coordenadora Pedagógica, entre os anos de 2013 até 2017. Tem formação em Magistério e concluiu sua Pedagogia no ano de 2010. Flor de Lis foi orientadora do PNAIC nos anos de 2013 e 2014, neste período estava atuando como Coordenadora Pedagógica. No mesmo ano do PNAIC, também iniciou uma especialização em Alfabetização e Letramento.

A terceira e última Orientadora de Estudos entrevistada Dália⁶, tem formação em Pedagogia pela UFRGS, concluído o curso no ano de 2008. Possui Especialização em Educação Ambiental, concluída no ano de 2015. Atua na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo desde o ano de 2010, lecionando em turmas do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, assim como ministrando Projeto de Ciências da Natureza e Meio Ambiente. Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo, no setor de Educação Ambiental. Participou do PNAIC no ano de 2013, como Professora Alfabetizadora e nos anos de 2015 e 2016 como Orientadora de Estudos. Também participou do Pró-Letramento no ano de 2011.

Dentre as Professoras Cursistas Alfabetizadoras foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas contendo aproximadamente nove perguntas que serviram de base para os demais questionamentos e dúvidas, gravados e transcritos posteriormente.

A professora Rosa⁷ possui formação em Magistério e Pedagogia com habilitação para Educação Infantil. Trabalha na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS desde o ano de 2011. Tem quatro anos de experiência em turmas de alfabetização. Participou das formações do PNAIC nos anos de 2013 e 2014, onde teve, respectivamente, um 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental.

Já a docente Bromélia⁸ tem o Magistério como formação de Nível Médio, Pedagogia como nível Superior, possuindo habilitação para as disciplinas de Psicologia, Filosofia e Didática da Linguagem. Possui especialização em Gestão Educacional e vem cursando especialização em Psicopedagogia. Na área da

⁶ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

⁷ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

⁸ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

educação tem trinta anos de efetivo trabalho. No município de Novo Hamburgo – RS atua como professora concursada desde o ano de 2010. Tem seis anos de experiência com turmas de alfabetização, ou seja, entre o 1º e 3º ano do Ensino Fundamental. Também possui experiência na área de Gestão escolar e Coordenação Pedagógica, função esta que exerceu nos últimos três anos. Participou do PNAIC nos anos de 2013 e 2014, como Professora Cursista Alfabetizadora. No ano de 2016, participou como Coordenadora Pedagógica, visto que o Programa exigiu a efetiva presença deste membro da equipe diretiva.

A terceira docente participante do Programa como Cursista Alfabetizadora, tem 29 anos de experiência no Magistério da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, e aqui será nomeada por Jasmim⁹. Trabalhou com Educação Infantil e nos últimos dez anos vem atuando como titular em turmas de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental. Possui formação de Magistério a nível Médio, com cursos adicionais em Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. Participou do PNAIC nos quatro anos de sua realização no município de NH. Durante este período, sempre esteve atuando como titular em turmas de 3º ano do Ensino Fundamental.

Apresentados os sujeitos desta pesquisa, passamos para dissertar a respeito da visão do Orientador de Estudos e a visão do Professor Alfabetizador.

6.2 Visão do Orientador de Estudos

Na reflexão dos Orientadores de Estudos, através das respostas obtidas nos questionários, foi possível problematizar e contextualizar os conhecimentos adquiridos a partir do agir, observando assim o espaço efetivo da práxis vivenciado por estes.

De acordo com os dados coletados, constata-se que o Orientador de Estudos do PNAIC teve uma contribuição significativa para todos os envolvidos neste processo, inclusive para a sua auto-formação, assim como afirma a OE Dália:

⁹ Nome fictício criado para preservar a identidade do entrevistado.

O PNAIC me constituiu como professora alfabetizadora. Antes da minha experiência “forçada” em 2013, não me auto-intitulava dessa forma. Todas as formações, sobretudo enquanto Orientadora de Estudos, me fizeram retomar conceitos abordados na graduação relacionando-os com possibilidades didáticas visando o processo de alfabetização. Tive experiências de alfabetização bem pontuais antes do PNAIC, mas era uma reprodução de atividades de maneiras mais ou menos consciente. A partir da formação, comecei a construir uma caminhada própria na alfabetização e letramento, com intencionalidade pedagógica e autoria na construção de materiais (DÁLIA).

Podemos perceber que a prática como alfabetizadora de fato começou a acontecer de forma significativa na vida desta docente, a partir da sua inserção no PNAIC, levando em conta que quando este aconteceu, Dália lecionava apenas cinco anos na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo. Em contrapartida, temos Flor de Lis, que também apresentou sua visão como OE, relacionando com a sua prática em sala de aula, no decorrer dos seus 28 anos de experiência no mesmo município:

O PNAIC, a meu ver, trouxe a prática que o curso de Pedagogia não me trouxe. Quando fazemos a Pedagogia ficamos muito no campo da teoria, da discussão do que pensam ou escreverem os especialistas, mas falta muito o concreto, o como fazer e de qual forma. Sem dúvida o PNAIC me trouxe estes esclarecimentos, tirou dúvidas e aprendi a identificar com maior segurança os níveis de escrita, as hipóteses que o aluno cria ao se iniciar neste processo de alfabetização. Como relatei em questão anterior sempre atuei nas turmas maiores onde o processo de alfabetização estava praticamente consolidado. Sempre ouvia as colegas da então 1ª série falar em níveis de escrita, mas não me interessava em aprender pois para mim, professora de 4ª, não era necessário saber sobre níveis de escrita. Uma grande ignorância da minha parte. Anos mais tarde quando comecei a trabalhar com o 4º ano e principalmente 3º ano onde comecei a receber alunos que mal conheciam o alfabeto é que comecei a buscar entender como esse processo de escrita acontece e como a criança estabelece essas conexões (FLOR DE LIS).

Desta forma, percebemos que para ambas as entrevistadas, a relação entre teoria e prática aproximou-se a partir das formações propostas pelo PNAIC. Margarida, Orientadora de Estudos entrevistada, também fala sobre a importância deste Programa para a consolidação da sua própria formação, visto que estas docentes que exerciam o papel de Orientadoras de Estudos, também estavam no contexto da escola, vivenciando o processo de alfabetização e letramento. Segue o que Margarida afirmou:

Como a alfabetização sempre foi um tema que muito me interessou, com o material do PNAIC, pude aprofundar conhecimentos e refletir sobre minha prática (MARGARIDA).

Notamos que ambas as entrevistadas trazem a importância do PNAIC para a sua própria formação, principalmente no que se refere à aproximação da teoria e da prática. Assim como afirma Imbernón (2000, p. 49):

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes.

No que se refere às propostas desenvolvidas pelas instituições formadoras, no caso, Universidades locais ou próximas às regiões onde acontecia o PNAIC, percebemos através dos relatos dos Orientadores de Estudos, que estes encontros deveriam subsidiar informações que adiante seriam compartilhadas em seus respectivos municípios com os grupos de professores alfabetizadores. Nestes encontros realizados somente com OEs, eram compartilhados e divulgados os cadernos do PNAIC que, sequeentemente, seriam entregues aos docentes. Porém, como percebemos nas entrevistas que seguem, com o passar dos anos, os materiais teóricos não chegavam de acordo com o prazo necessário para o desenvolvimento das formações e em conformidade com o cronograma

apresentado. Mesmo com estes problemas elas destacam a riqueza de conteúdos destes:

As formações sempre foram muito boas, bem como todo o material de apoio aos orientadores. A disseminação dos conhecimentos acontecia nos encontros presenciais e via e-mail (MARGARIDA).

Como o grupo de Professores Orientadores era muito grande, éramos divididas em turmas onde havia uma professora da UFPEL responsável em ministrar as aulas. As Orientadoras que tive, tanto na área da linguagem, quanto da matemática, eram muito competentes e empenhadas em nos passar os conteúdos de forma bastante dinâmica, criativa e completa. Apesar de haver os cadernos que foram enviados a cada professor participante e sobre eles nos debruçávamos para analisá-los, as aulas iam além, com vídeos, slides, textos complementares e, é claro, muita troca de idéias e experiências. Além disso, éramos desafiadas a criar atividades para serem desenvolvidas posteriormente nas salas de aula das nossas escolas. As aulas aconteciam num ambiente de descontração, onde podíamos também expor nossas angústias e dificuldades vivenciadas em nossa rotina diária (FLOR DE LIS).

O PNAIC 2015 teve a formação proposta pela UFPEL e o PNAIC 2016 teve a formação proposta pela UFRGS. Em 2015, a formação com a Universidade começou depois da formação com as Professoras Alfabetizadoras. A UFPEL propôs uma retomada de conceitos dos anos anteriores. Dessa forma, muitas decisões tomadas pelo grupo de Orientadoras de Estudos de Novo Hamburgo tiveram que ser redimensionadas a partir de novas informações. A formação naquele ano foi pautada nos conceitos de currículo inclusivo, ludicidade e interdisciplinaridade, houve muitas proposições práticas desses conceitos no cotidiano escolar das turmas do ciclo de alfabetização. O grupo de Orientadoras de Estudo já trazia uma caminhada dos outros anos e o atraso no início da nossa formação trouxe alguns desgastes no município. Na minha turma, propus a retomada dos conceitos visando à reconstrução da prática pedagógica de cada Professora Alfabetizadora. Usei o princípio da horizontalidade, abrindo espaço para um planejamento coletivo. Para

2016, não houve nova seleção. A Coordenação Local manteve o edital anterior, chamando novas pessoas para atender a demanda. Nesse sentido, se constituiu um novo grupo de Orientadoras de Estudo de Novo Hamburgo, com a mescla entre colegas que atuaram em 2015 e as que não atuaram. Naquela ocasião, tivemos um desgaste maior ainda, pois a UFRGS recomendava o início da formação no município após a formação das Orientadoras de Estudo. Tivemos esse encontro apenas no fim do ano letivo e encaminhamos atividades à distância para Professoras Alfabetizadoras e Coordenadoras Pedagógicas da rede. A proposta da UFRGS era fazer uma avaliação dos anos de PNAIC, propondo atividades de construção de materiais para aferição das mudanças pedagógicas promovidas pela formação (DÁLIA).

Percebemos na narrativa dos Orientadores de Estudos, certa divergência frente o planejamento e a autonomia dos mesmos. Podemos notar que Flor de Lis foi Orientadora de Estudos nos dois primeiros anos do PNAIC (2013 e 2014). Já Dália, exerceu a mesma função nos dois últimos anos do Programa no município de Novo Hamburgo – RS, ou seja, 2015 e 2016. Sendo assim, nota-se que os materiais de apoio a formação continuada era disponibilizado e muito conveniente para o trabalho desenvolvido, porém, com o passar dos anos, ele foi demorando a chegar, e os encontros acabavam acontecendo como uma retomada de conteúdos já desenvolvidos em anos anteriores, resultando em uma diminuição da capacidade ou da importância do Programa entre os envolvidos.

No que se refere ao planejamento elaborado para cada encontro entre Orientadoras de Estudos e Professores Alfabetizadores, percebe-se que havia uma sequência pré-estabelecida para todos. Mesmo assim, cada OE tinha autonomia frente ao seu planejamento, possibilitando exercer seu protagonismo e partindo da realidade do seu grupo de PAs. Nóvoa (1991) nos fala da importância do desenvolvimento profissional do docente, fato principal objetivado nos encontros do PNAIC, a partir do planejamento desenvolvido pelos Orientadores de Estudos:

No fundo, o que está em causa é a possibilidade de um *desenvolvimento profissional* (individual e colectivo), que crie as condições para que *cada um* defina os ritmos e os percursos da sua carreira e para que o *conjunto* dos professores projecte o futuro

desta profissão, que parece reconquistar, neste final de século, novas energias e fontes de prestígio (NÓVOA, 1991, p. 28).

Ainda no que se refere aos materiais e planejamento dos encontros, a Orientadora de Estudos Flor de Lis nos diz que:

Apesar de trabalhar os mesmos conteúdos e muitas atividades serem dadas em todas as turmas, havia o respeito e a liberdade de cada uma trabalhar a sua maneira e criar novas atividades. Com o passar do tempo optamos por dividir as unidades e cada uma ficaria responsável por elaborar uma aula. Assim ficaria padrão para todas as turmas. Além do material recebido, pesquisávamos em sites ou outros materiais sobre o assunto e acrescentávamos as nossas aulas. Cada turma tinha um diário onde a cada encontro uma Orientanda era responsável em relatar aquela aula. Nós como Orientadoras, deveríamos a cada final de unidade fazer um relatório reflexivo e encaminhar para a UFPEL como documento que comprovava a efetivação das aulas. Na minha turma na grande maioria das vezes as Orientandas trabalhavam em grupos (FLOR DE LIS).

Margarida traz que o planejamento era feito de forma coesa e todos contribuíam durante o processo, selecionando e compartilhando materiais para serem disseminados nos encontros, já Dália completa relatando que:

Em 2015, tivemos mais tempo e mais espaço para autonomia pedagógica. Combinávamos o fluxo das temáticas propostas nas formações com a Universidade e planejávamos separadamente, de acordo com as demandas das turmas. Nas reuniões de trabalho, trocávamos o planejamento, o que servia como inspiração entre nós. Já em 2016, não tivemos a opção de um trabalho autoral. Para evitar desencontros de informação, até o texto dos e-mails era combinado previamente entre as Orientadoras de Estudo (DÁLIA).

Como podemos perceber o último ano do PNAIC no município de Novo Hamburgo - RS, aconteceu à distância e teve parte de seu objetivo principal de contribuir para a formação continuada dos professores, restringido. Além disto, nota-

se que os Orientadores de Estudos enfrentavam as cobranças por parte da Universidade local que era responsável pela implementação do Programa e também precisavam lidar com os docentes receosos.

Dentre os problemas ou falhas na implementação do PNAIC e sua realização para os docentes, como Programa de formação continuada, Margarida destaca que, mesmo tendo uma participação pequena na proposta, percebeu uma queda acentuada na qualidade quando houve mudança na coordenação do Pacto, em que passou da UFPEL para a UFRGS. Além disto, outro fator desmotivante trazido por Margarida é que havia demora no pagamento das bolsas-auxílio concedidas pelo FNDE no Programa para o aperfeiçoamento teórico e prático e a atualização profissional.

Dália e Flor de Lis enfatizam a falta de continuidade entre os anos em que decorreu a proposta do PNAIC em Novo Hamburgo – RS. Também pontuaram a demora na chegada dos materiais, como já mencionado anteriormente, pois prejudicava o andamento das formações e as relações teoria e prática.

Outro problema apontado foram os encontros à distância, ocorridos no ano de 2016. Ambas as entrevistas também relatam a questão da obrigatoriedade, o que incomodou grande parte dos docentes que não tinham interesse inicial em participar destas formações.

Houve muitos problemas, nos diferentes níveis, o que minimizou exponencialmente o potencial da formação no município. No nível federal, desde o início, os tempos escolares não foram respeitados. Além disso, as informações sempre chegavam desencontradas e abertas à interpretação própria, desde o MEC. No nível municipal, a obrigatoriedade intransigente de participação em 2013, pautou a relação dos professores da rede em relação à formação, independente de suas potencialidades enquanto formação e da qualidade de seus materiais, tanto para as professoras, quanto para os alunos (DÁLIA).

Do meu ponto de vista a principal falha do PNAIC foi a descontinuidade do mesmo. No início pareceu um programa que tinha vindo para ficar. No entanto não foi o que se viu. Talvez a não obrigatoriedade, mas um incentivo para que o maior número de professores aderissem. Outro ponto falho foi a demora na chegada do

material, no caso os livros que vieram para todos os professores participantes. No primeiro ano, os materiais chegaram em torno de 3 meses após o início das formações. No ano seguinte, quando se trabalharia a matemática foi pior ainda. Não havia sido concluído o material para a nossa formação e fomos obrigadas a revisar a linguagem. Perdemos praticamente a metade do ano revisando o que já se sabia, pois foi trabalhado exaustivamente. A contrariedade dos professores era geral e tinham razão. Normalmente as coisas vão se aperfeiçoando com o tempo, se aprende com as falhas, com os erros. No PNAIC aconteceu o contrário. O melhor ano foi o primeiro, apesar do atraso na entrega dos cadernos, mas a formação para nós Orientadoras já estava pronta. A partir de 2015 já não estava mais presente no PNAIC, mas acompanhei de fora. Outro formato, tudo a distância, se não me engano. Infelizmente é o que acontece, o governo cria programas na área da educação que num primeiro momento parecem bastante eficientes. No entanto vão se perdendo nestes entremeios da política educacional brasileira (FLOR DE LIS).

Percebemos assim que a formação continuada proposta pelo PNAIC também contribuiu significativamente no desenvolvimento profissional daquelas que eram responsáveis por orientar os estudos e mediar os encontros semanais. A continuidade e o aperfeiçoamento do Programa como um todo, não foi percebido no passar dos anos para os Orientadores de Estudos, visto que notaram um desgaste, um esfacelamento da proposta inicial. Fusari (2002) nos fala a respeito do que é importante para os projetos de formação, dentro e fora do espaço escolar:

[...] qualquer projeto de formação contínua realizado na escola ou em outro local precisa ter assegurado algumas condições. É preciso que os educadores sejam valorizados, respeitados e ouvidos – devem expor suas experiências, ideias e expectativas. É preciso também que o saber advindo de sua experiência seja valorizado; que os projetos identifiquem as teorias e criem situações para que analisem e critiquem suas práticas, reflitam a partir delas, dialoguem com base nos novos fundamentos teóricos, troquem experiências e proponham formas de superação das dificuldades (FUSARI/n: BRUNO, 2002, p. 22).

Consideramos a partir das entrevistas com os Orientadores de Estudos, que o processo de formação continuada como reflexão sobre as ações desenvolvidas no

dia a dia da escola, contribuiu para a formação continuada de todos os envolvidos, visto que os participantes conseguiram refletir e analisar as construções, aproveitando os momentos reais de aprendizagem sobre o processo de alfabetização. Mesmo surgindo falhas e aspectos a serem revistos, todas afirmaram diversos aspectos construtivos e válidos desta proposta.

6.3 Visão do Professor Alfabetizador

A partir das entrevistas realizadas com estes atores educacionais do Programa, percebe-se que, assim como os Orientadores de Estudos, os Professores Alfabetizadores, mesmo apontando algumas falhas e pontos negativos da implementação do PNAIC em Novo Hamburgo – RS, conseguiram perceber e dar sentido para a proposta realizada.

Todas as docentes entrevistadas afirmaram que, de certa forma, o Programa trouxe aspectos positivos e contribuiu para a formação profissional. Bromélia e Jasmim nos afirmam que:

Foi uma forma de atualização bem interessante e muito objetiva, muito prática. Acredito que foi uma iniciativa bem importante, principalmente, na questão da alfabetização dos alunos do primeiro ao terceiro ano (BROMÉLIA).

Quando eu comecei mesmo o PNAIC, eu comecei a repensar muito o meu modo de trabalho. Eu acho que ele acrescentou algumas coisas, contribuiu para várias experiências que a gente tinha enquanto grupo, como vivências, trocas de experiências e, principalmente, na área da linguagem eu pude, realmente, repensar a alfabetização que eu tinha com o terceiro ano (JASMIM).

Ambas as docentes nos falam da importância da atualização dos professores e como se torna válido repensar a prática. Reforçam a ideia de que o meio para isto é o processo de formação continuada, podendo acontecer tanto na escola, como em outros espaços. Deve ser um processo permanente de atualização e de estudos relacionados à prática pedagógica. Podemos perceber ainda, através das

entrevistas realizadas, que mesmo com a diferença significativa de tempo de atuação docente, todas enaltecem e trouxeram aspectos relevantes desta formação.

Imbernón (2000) e Nóvoa (1995) já falavam sobre a importância do trabalho em parceria, de que o professor precisa compartilhar experiências e vivências, para que se desenvolva um processo de colaboração entre os principais atores: “A aprendizagem em comum facilita a consolidação de dispositivos de colaboração profissional” (NÓVOA, 1995, p. 30).

Quando os professores trabalham juntos, cada um pode aprender com o outro. Isso os leva a compartilhar evidências e informação e buscar soluções. A partir daqui os problemas importantes das escolas começam a ser enfrentados com a colaboração entre todos, aumentando as expectativas que favorecem os estudantes e permitindo que os professores reflitam sozinhos ou com os colegas sobre os problemas que os afetam (IMBERNÓN, 2000, p. 78).

Sendo assim, foi possível perceber que as Professoras Alfabetizadoras entrevistadas, relataram que o PNAIC possibilitou a troca e o diálogo entre os envolvidos, assegurando um espaço de experiências, uma espécie de laboratório de novas aprendizagens profissionais. Isto só foi possível em razão do trabalho desenvolvido em grupo, como afirmam as PAs:

Geralmente, era abordado um trabalho, a gente discutia, fazia um trabalho em grupo, colocava as vivências, colocava experiências, dentro do seu ano. Pelo que eu me lembro era assim, em linguagem a gente tinha atividades para o primeiro ano, para o segundo ano, para o terceiro ano. Então, ali deu para ver bem a diferença de cada ano da alfabetização (JASMIM).

Nos encontros, a nossa tutora trazia muitas sugestões para nós. A gente usava muito o material que foi fornecido pelo governo, dava sugestões. As colegas que estavam fazendo a formação davam depoimentos, relatos de como que tinham trabalhado, se tinham criado alguma atividade diferenciada com aquele mesmo jogo ou com aquela mesma atividade feita de outra maneira. Então sempre foi muito prático, assim, muitas trocas acontecendo (ROSA).

Com certeza, muita troca, trabalhos de grupo, reflexões experiências, cada um podia falar um pouco (BROMÉLIA).

Em todos estes pontos destacados pelas PAs, foi possível entender que a prática estava embasada na teoria, já que nestes encontros presenciais eram utilizados os Cadernos do PNAIC. No primeiro ano, cada docente tinha um material específico de acordo com a sua série de atuação e nos anos seguintes o material era igual para todos os docentes, independente da turma em que lecionava.

Como lembrou Bromélia, os cadernos disponibilizados pelo MEC, traziam artigos e sempre estavam relacionados com algum autor, procurando aproximar a prática já intrínseca com a teoria. Sobre esta relação, Imbernón (2000, p. 113). ainda destaca que “O conhecimento do professor não pode ser desvinculado da relação entre teoria e prática, nem da sua função de analista de problemas morais e éticos, sociais e políticos da educação, nem tampouco de um contexto concreto”.

Os materiais pedagógicos disponibilizados pelo MEC, para cada sala de aula contemplavam jogos de alfabetização e livros de história (uma caixa específica para cada ano do bloco de alfabetização, com títulos selecionados de acordo com a faixa etária). Este material também foi usado pelas docentes entrevistadas de forma a enriquecer o processo de alfabetização, contribuindo para a prática docente de cada uma, promovendo equidade de possibilidades em diferentes escolas do Brasil, visto que todos os municípios que participaram deste referido Programa receberam o mesmo material.

Eu já tinha o hábito de em alguns momentos trabalhar com jogos dentro da sala de aula, e a partir do momento que vieram esses jogos que eram específicos para matemática e para linguagem, principalmente, intensificou muito mais. Então eu comecei a usar muito mais esse material prático dentro de sala de aula também (ROSA).

Os livros da caixa do PNAIC, por eles serem livros de histórias, livros que não são didáticos, no caso, por eles serem livros que indiretamente abordam alguma

questão a ser tratada com os alunos, eles também eram reservados para momentos de estudo, então a história normalmente gerava um assunto que era discutido em grande grupo (BROMÉLIA).

Utilizava com as crianças, mas mais direcionados. Os livros, até porque a gente tinha todo um cuidado com eles, que no final do ano a gente entregaria para escola de volta para depois passar adiante. Mas eu acho que eles foram muito bons livros, os livros de história, principalmente, ilustrados, tinham histórias muito boas (JASMIM).

As entrevistadas afirmaram que o material disponibilizado pelo PNAIC, para uso em sala de aula com os estudantes foi bem elaborado e estava de acordo com as propostas pedagógicas desenvolvidas por elas, auxiliando-as no seu processo de planejamento da ação docente. Além disto, nos encontros presenciais de formação aconteciam compartilhamento de ideias e sugestões de utilização destes livros e jogos. Propostas eram adaptadas para serem realizadas em sala de aula, já que esta formação tinha como objetivo contribuir para a prática diária dos professores, a partir das trocas estabelecidas, sendo possível apoiar-se em sugestões pensadas por colegas.

Os materiais, principalmente os jogos, vinham com encartes onde eram expostas as regras e propostas dos mesmos. Porém, de acordo com as entrevistas, ambas mencionaram a sua autonomia e criatividade em utilizar o recurso em sala de aula. Percebemos assim, que o protagonismo esteve presente no planejamento e na atuação destas docentes, visto que conseguiram elaborar propostas adequadas as suas realidades, de acordo com o material disponibilizado.

Um fator importante na capacitação profissional é a atitude do professor ao planejar sua tarefa docente não apenas como técnico infalível, mas como facilitador de aprendizagem, um prático reflexivo, capaz de provocar a cooperação e participação dos alunos (IMBERNÓN, 2000, p. 38).

Nóvoa ainda destaca a responsabilidade deste professor na sua formação profissional:

Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implantação das políticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 27).

Quando questionadas a respeito das falhas na implementação e execução do PNAIC como programa de formação continuada, as professoras entrevistadas consideravam aspectos referentes aos seguintes assuntos: demora no pagamento das bolsas; carga horária exaustiva após o turno de trabalho; cobrança em relação aos resultados; atraso na chegada de matérias e no início das formações nos anos de 2014 e 2015; proposta de formação a distância no ano de 2016, que afastou os docentes da possibilidade de troca através do diálogo que acontecia nos encontros presenciais.

Em 2013 bem tranquilo, estava bem organizado, as aulas eram bem dinâmicas, o conteúdo estava sendo bem trabalhado. Em 2014, que era para ser o ano da matemática, eles já começaram bem depois do que era para ter começado, e ao invés de trabalharmos a matemática, a gente ainda teve que dar mais uma sequência na linguagem. E é aquela expectativa que a gente estava para trabalhar com a matemática, foi cada vez adiando mais, a gente acabou trabalhando bem menos a matemática. Teve algumas parcelas das bolsas, também, que acabaram vindo atrasadas, eu acho que isso foi bem ruim (ROSA).

Jasmim e Bromélia falaram a respeito da carga horária exaustiva da formação, assim como da obrigatoriedade da participação:

Eu acho que é um tempo que tu tem que te dispor para estar ali. Eu acho que se ele fosse feito durante o turno de aula, já que temos a hora atividade, quem se dispor a participar seria até mais útil durante o período de aula do que à noite. Até pela segurança, para se deslocar (JASMIM).

As falhas do PNAIC, talvez a primeira questão seja a obrigatoriedade, isso fez com que o grupo se tornasse bastante resistente a algumas propostas. Outra coisa

eu acredito que tenha sido a imediatização, talvez seja esse o nome, porque as coisas vinham muito em cima da hora para o orientador e ele não tinha tempo as vezes de elaborar, de poder passar com mais tranquilidade aquilo que tava sendo solicitado. Muita cobrança em relação aos resultados, as tarefas, a uma série de coisas. Além disso, a organização do tempo talvez tenha sido um pouco pesada (BROMÉLIA).

Bromélia nos traz em suas considerações finais uma questão que não foi abordada pelos Orientadores de Estudos e nem pelos demais Professores Alfabetizadores, no que se refere às cobranças perante as tarefas e também aos resultados. Segundo ela, constantemente eram exigidos dos docentes participantes das formações, preenchimento de planilhas e informações sobre as suas turmas, assim como a elaboração de relatos das atividades desenvolvidas para serem entregues, ou seja, burocracias e demandas que serviam apenas como registro e não contribuíram para a prática do docente.

A aventura da aprendizagem, a fascinação da natureza e da cultura, a riqueza da experiência humana e o prazer de adquirir novas capacidades parecem ter sido abandonados ou seriamente reduzidos na sala de aula devido à inclinação ao atendimento de cotas, prazos, padrões de referência, ordens e objetivos (ARMSTRONG, 2008, p. 19).

Além disto, a demanda do tempo de duração dos encontros e do turno escolhido, no caso a noite, terceiro turno de trabalho para diversos participantes, faziam com que a formação se tornasse exaustiva. A questão da obrigatoriedade também foi mencionada, assim como a sugestão dos encontros formativos acontecerem no momento do planejamento do professor, beneficiando o docente com a formação e não estendendo a sua carga horária de trabalho.

Percebemos que mesmo na presença de algumas falhas e aspectos a melhorar, todas as Professoras Alfabetizadoras entrevistadas, mencionaram o PNAIC como uma proposta válida e significativa para o aprimoramento e a formação do docente e que conseguiram extrair ideias e sugestões de práticas pedagógicas que incorporaram em suas atividades profissionais permanentemente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto deste estudo lançou olhar sobre o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, como um Programa de formação continuada instituído pelo Governo Federal no ano de 2012, com início de suas ações efetivas na rede pública municipal de Novo Hamburgo – RS no ano de 2013.

De acordo com o PNE 2014, que foi elaborado a partir da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, a Meta 16 pretende assegurar a formação continuada dos professores em suas áreas de atuação “considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (Brasil, 2014, p. 12).

Dessa forma o PNAIC veio contribuir e auxiliar na consolidação tanto da Meta 16, quanto da Meta 9 do PNE 2014, “que busca erradicar o analfabetismo absoluto, até o final da vigência deste Plano”, período de dez anos que se encerra então em 2024.

No entanto, as Diretrizes do Programa, que indicam que os encontros deveriam ocorrer de forma presencial não ocorreram no último ano de sua implementação na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, o que acabou fazendo com que o Programa perdesse a intensidade e provocasse o desânimo dos envolvidos.

Entre os problemas ou falhas na implementação das ações do Programa ao longo do período delimitado neste estudo, os entrevistados destacaram: a obrigatoriedade inicial, considerada por muitos como intransigente no ano de 2013 na esfera municipal em realizar a formação; a nível federal destacaram o desrespeito aos tempos escolares em que os materiais não chegavam conforme a necessidade e andamento dos calendários escolares e das tarefas, gerando repetição de estudos e metodologias e ocasionando a contrariedade de alguns docentes em continuar a realizar a formação; as informações desencontradas e abertas a diferentes interpretações por parte dos atores educacionais do Programa; o atraso no pagamento das bolsas-auxílio.

Outro fator trazido como problema pelos entrevistados foi o fato de que os encontros ocorriam além da carga horária de trabalho, no turno da noite, o que se tornava exaustivo para os participantes.

No tocante das contribuições do PNAIC para o aprimoramento e a qualificação profissional dos docentes, percebeu-se diante das narrativas dos entrevistados que a maioria considera a validade deste Programa para o seu processo de formação continuada e aperfeiçoamento profissional, principalmente pelo fato de que a proposta era articulada com a atuação profissional e em razão da metodologia utilizada pelos Orientadores de Estudos, que era a articulação de conhecimentos teóricos com o compartilhamento de ideias e experiências.

Nas narrativas dos entrevistados ficou evidenciado que o trabalho coletivo dentro do espaço escolar, assim como na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS, possibilitou a ampliação da visão do docente, identificando e comparando práticas pedagógicas individuais entre os colegas. Dessa forma, as atividades tornaram-se coletivas e foi possível perceber que a formação do Professor Alfabetizador aconteceu concomitantemente com a sua atuação em sala de aula, propiciando assim a ressignificação de sua prática.

Em contato com a SMED – NH, os responsáveis pela gestão do PNAIC, no período em que ocorreram as formações, não souberam informar o impacto desta formação na aprendizagem dos estudantes. Apenas forneceram dados referentes ao número de docentes participantes e estes foram analisados e organizados neste estudo sob forma de gráficos. Protocolamos o pedido destes dados, formalizando e explicando sobre necessidade e a importância desta liberação, em razão desta pesquisa, mas não obtivemos retorno até a conclusão desta pesquisa.

Percebemos nos discursos dos entrevistados a importância e relevância desta formação continuada, para fins de atualização e qualificação da ação em sala de aula. Porém, não obtivemos acesso às informações referentes aos índices de aprovação e reprovação dos estudantes dos terceiros anos do ensino fundamental no decorrer dos anos de 2013 até 2016 e, por isso, não atingimos um dos objetivos iniciais pensados que era descobrir o impacto desta formação na aprendizagem dos estudantes.

Constamos que a formação continuada proposta pelo PNAIC, é considerada diante da sua descontinuidade na Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo – RS como uma política de Governo e não de Estado, pois não se consolidou com o passar dos anos, já que com a troca da administração municipal ela perdeu força, se descaracterizando e fugindo às Diretrizes do Programa.

No entanto cabe salientar que o município realizou adesão voluntária ao Programa via PAR, por isso, apesar dos contratempos ocorridos e relacionados neste estudo como problemas ou falhas na sua implementação, deveria ter prosseguido sob esforço e persistência da própria administração municipal, uma vez que deixou impressões e referências positivas para os professores que tiveram a oportunidade de se inserirem nesta formação.

Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, envolvem mais de uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (RODRIGUES, 2010, p. 52-3).

Observou-se que, conforme as entrevistas realizadas, o PNAIC consolidou a formação dos professores alfabetizadores, principalmente por aproximar e tornar acessível à relação teoria e prática. Nos encontros presenciais possibilitou e estimulou as trocas de ideias entre o grupo e suas experiências a partir dos recursos e matérias disponibilizados. Relacionando os documentos legais sobre o Programa com os relatos, evidenciam-se que os movimentos realizados nos primeiros anos de sua implementação buscaram enaltecer uma formação reflexiva, significativa e propositiva.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1995, p. 25).

De acordo com os relatos, durante as formações o professor foi percebido como profissional responsável pela elaboração e condução de seu trabalho

pedagógico, com intencionalidade, estruturando os objetivos do seu planejamento e priorizando o protagonismo e a individualidade de cada estudante.

Os professores entrevistados, em sua maioria, relataram que ocorreu comprometimento e o protagonismo em suas práticas docentes, associados à sua escolha profissional e que investiram tempo e disposição na sua formação e se desacomodaram diante dos desafios impostos pela proposta em consonância com a realidade escolar.

A prática foi percebida pelos cursistas como objeto de reflexão e pesquisa, possibilitando que as vivências e experiências pudessem ser transformadas em aprendizagem.

O professor aprende para a prática, pois, se o ponto de partida do aprendizado está na ação, seu desfecho também está, na medida em que o professor valoriza essencialmente os aprendizados que para ele têm incidência direta sobre sua vida profissional (CHARLIER *In: PAQUAY et al.* 2001, p. 94).

Finalizamos afirmando que o processo de formação continuada dos professores é importante, necessário e deve ocorrer de forma permanente, ativa, investigativa e reflexiva. No caso desta investigação, ficou evidenciado nas falas dos entrevistados que nem a formação inicial apresentada na caracterização dos sujeitos desta pesquisa, quanto o tempo de experiência de cada um, são fatores determinantes para se considerar a prática pedagógica satisfatória.

Por isso, reafirmamos a concepção de que formar-se é um processo de toda a vida e de que é por meio das relações que as aprendizagens se consolidam.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores** – Estratégias de Supervisão. Porto: Porto Editora, 1996.

_____. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

ARMSTRONG, Thomas. **As melhores escolas**: a prática educacional orientada pelo desenvolvimento humano. Tradução de Vinícius Duarte Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 12 jul. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 867**, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 2012.

_____. **Ministério da Educação**. Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil (2009).

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - Apresentação Alfabetização Matemática. Brasília, MEC/SEB, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

_____. PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2017. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. **Portaria Nº 867**, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13030-despacho-dou-290413-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRUNO, Eliane Bambini G. (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissões docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) **Pesquisa social**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NÓVOA, António, (Org). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote; 1995.

_____. **Profissão professor**. Porto: Porto, 1991.

PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne (Orgs). **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.